

20 DEZ 1986

CORREIO BRAZILIENSE

Dívida Externa

Uma abertura importante

Com a decisão do Clube de Paris de aceitar negociações sobre a dívida externa brasileira, inclusive em torno do reescalonamento de parcelas vencidas em 85 e 86, o Brasil consegue ocupar posição estratégica para conversações com os credores privados. Como se sabe, aquela entidade congrega agentes financeiros oficiais com os quais o Brasil mantém contratos de empréstimos e financiamentos. E credora na atualidade de quantia em torno de sete bilhões de dólares, dos quais 2,7 bilhões referem-se a parcelas já vencidas e ainda não resgatadas, alusivas aos dois exercícios anteriores a 86.

Embora ainda não se saiba quais as concessões que o Clube poderá fazer ao Brasil, como, por exemplo, o deferimento de novos empréstimos, a simples constatação de que está aberto ao diálogo já é suficiente para reacender as esperanças em torno de um desfecho ajustado aos interesses brasileiros. Esse posicionamento em parte foi determinado pelo relatório do Fundo Monetário Internacional sobre o desempenho da economia nacional, com notas de merecimento para o esforço do governo Sarney em busca da estabilidade econômica e social do Brasil.

O documento do FMI é resultado de uma rotina inscrita nas atividades da instituição, à qual incumbe examinar a situação econômica de todos os seus sócios, entre os quais o Brasil. Portanto, não se trata de interveniência, conforme desejam os banqueiros privados para decidirem sentar à mesa das negociações. A convoca-

ção do Fundo para funcionar nessa condição, reiteradamente rejeitada pelo Governo de Brasília, importaria em conceder-lhe autoridade para monitorar a economia brasileira. E essa é uma hipótese fora de cogitação, uma vez que as teorias recessivas do FMI, fundadas na ortodoxia monetarista, não se ajustam à decisão nacional de crescer para melhor ultrapassar a difícil conjuntura que o País enfrenta.

A nota de apreço ao Brasil passada pelo Clube de Paris realimenta a disposição do governo Sarney de esgotar todas as possibilidades de acordo com os credores privados, afastada a possibilidade de intervenção do FMI. É preciso considerar que aquela entidade, representativa de importantes e sólidas instituições financeiras oficiais, tem um peso específico no sistema financeiro internacional. Quaisquer de suas atitudes influenciam o comportamento dos demais agentes desse sistema, de modo que o Brasil deve aguardar, com cautela mas sem pessimismo, um diálogo construtivo com os credores privados.

Se o relatório do FMI foi válido para favorecer o entendimento do Governo brasileiro com os associados do Clube de Paris, não há razão alguma, sequer de ordem técnica ou moral, que o invalide para aplinar o terreno nas negociações com a banca internacional privada. O monitoramento exigido pelos banqueiros só teria sentido se o Brasil, por manifesta irresponsabilidade de seus dirigentes ou por inadimplência culposa, sugerisse propostas de ne-

gociação inteiramente inaceitáveis. Não é o caso.

A proposta brasileira não atende apenas às suas próprias conveniências internas, mas também às exigências rotineiras do sistema financeiro internacional, no que tange à capacidade de amortização dos países credores. Ora, o Brasil quer comprometer 2,5 por cento de seu Produto Interno Bruto anual na satisfação dos juros e amortização da dívida. Trata-se de uma posição capaz de conciliar todos os interesses em jogo, até porque esse percentual poderá revelar-se altamente significativo em termos absolutos. É que o Brasil, por todas as evidências de seu desenvolvimento, deverá disputar com a França a posição de quarta potência mundial na virada do século. Até lá, portanto, o Produto Interno Bruto crescerá em proporção por assim dizer geométrica, o que levará os credores internacionais a auferirem receitas cada vez mais expressivas, a título de juros e amortização da dívida externa.

Na decisão do Clube de Paris, contudo, deve-se louvar apenas o sentido da abertura proporcionada ao Brasil para uma composição através do diálogo. Caberá às partes, doravante, transformar em realidade esse gesto de boa vontade, numa hora em que um alto grau de controvérsia elevou-se em torno da questão. Afinal, uma questão só relativizada pela obstinação do Brasil de não ceder às tentações recessivas e de não renunciar ao diálogo como forma de obter um acordo justo para todas as partes.